

**IESA ÓLEO & GÁS S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de
2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

Senhores Acionistas.

A Administração da IESA ÓLEO & GÁS S.A.– Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração sobre Resultados, Recuperação Judicial e Perspectivas futuras

Explicando o lucro

A Companhia apresentou um lucro de R\$ 450 milhões, tendo em vista o sucesso obtido no processo de arbitragem movido contra a Tupi B.V e PNBV, objetivando indenizações pelas perdas em consequência dos cancelamentos dos contratos assinados para a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo.

Do contexto operacional e de mercado

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer soluções completas através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

Nesse sentido a Iesa Óleo & Gás S/A detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial iniciado em 2014, a Iesa Óleo & Gás S/A conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que a mesma apresenta como uma excelente alternativa.

No contexto mundial, em função da Pandemia, as economias fortes como China, Estados Unidos e Europa criaram medidas para preservar as empresas e reativar a economia, através do consumo e em investimentos em infraestrutura. Isso deverá ocorrer aqui no Brasil também, principalmente pela crise energética que se aproxima. Vimos nisso uma oportunidade para participarmos de parcela importante desses investimentos.

IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

Recuperação Judicial - Histórico do período Novembro/14 a Julho/21

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial, junto com as demais empresas do Grupo Inepar/Iesa.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR/Iesa, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passariam a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização das empresas do Grupo Inepar/Iesa.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Controladora (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 98% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pelas Companhias.

Há que se destacar a vitória da IESA Óleo e Gás no processo arbitral que correu em NY/USA, contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, decisão essa ocorrida em dezembro/20, e já noticiada através de Fatos Relevantes, o que contribuirá de forma decisiva para alcançarmos o fim do processo de Recuperação Judicial e o soerguimento das empresas.

Em 04/11/2020 o Grupo Inepar/Iesa realizou uma audiência pública com o Juiz da Recuperação Judicial, onde nesta oportunidade exploramos nosso plano para encerramento da Recuperação

IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

Judicial, bem como nossa estratégia para proteção de ativos que possibilitarão o pagamento dos compromissos para este encerramento e os pagamentos necessários aos credores concursais fora do biênio e credores extraconcursais.

Também mostramos aos credores e ao Juiz que nossos ativos são maiores que nossos passivos e que o casamento destes proporcionará maior segurança na realização dos compromissos com credores concursais e extraconcursais.

Destacamos também que as inúmeras penhoras e constrições sofridas pelo Grupo Inepar/Iesa em relação as suas monetizações de ativos, em muito tem atrapalhado a conclusão do plano de recuperação judicial.

Hoje, essas penhoras e bloqueios judiciais ultrapassam os R\$ 300 milhões.

Feita essa audiência e após discussões havidas com os credores presentes, o Juiz da Recuperação nos deu até 25/11/2020 para protocolar uma petição pormenorizando toda nossa proposta para encerramento da Recuperação Judicial, bem como toda nossa proposta para pagamento dos demais credores, sejam eles concursais ou extraconcursais. Tempestivamente cumprimos a determinação judicial.

Com o advento da arbitragem, o Grupo Inepar/Iesa acharam por bem, em 22/04/21, peticionar novamente nos autos da RJ, revisando o plano de pagamentos que compreende o encerramento da recuperação judicial e o pagamento de diversas dívidas extraconcursais, com ênfase nas trabalhistas, sem esquecer as financeiras e prestadores de serviços.

Adicionalmente, mostrando nossa transparência no processo de recuperação judicial, demonstramos também na petição de 22/04/21 os pagamentos efetuados com o recebimento da primeira tranche da arbitragem.

Com o advento do recebimento da primeira parcela da parte da arbitragem, o Grupo Inepar/Iesa realizou os pagamentos concursais das Classes I e IV, incontroversos até aquele momento, e necessários para o encerramento da Recuperação Judicial, além de trabalhistas extraconcursais e financeiros, conforme demonstrado em nossa petição do dia 22/04/21, protocolado nos autos da RJ.

Com o recebimento da segunda parte da arbitragem o Grupo Inepar/Iesa pretende efetuar 100% dos pagamentos incontroversos relativos ao Plano de Recuperação Judicial, bem como avançar e reestruturar a dívida com o BNDES registrada na Controladora Inepar S/A, além de pagamentos extraconcursais principalmente os trabalhistas.

Vale salientar que até o momento o Grupo Inepar/Iesa já realizou o pagamento de 99% dos seus compromissos exigíveis para o encerramento da recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 14,0	R\$ 14,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 368,7	R\$ 390,0	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito) do saldo dentro do biênio no valor de R\$ 21,3 milhões.

Assim, considerando o total efetivamente pago, é possível constatar que para encerramento da Recuperação Judicial se faz necessário o pagamento de créditos que não somam sequer 1% (hum por cento) do valor total já adimplido pelas empresas.

Outro assunto de extrema importância diz respeito ao Grupo Inepar/Iesa ter concluído em Dezembro/20 a revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base no Programa de Transação Excepcional regulamentada pela Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 14.402/2020. Vale salientar que em Dezembro/20 as empresas pagaram a primeira parcela deste parcelamento, e autorizaram a transferência de um crédito fiscal líquido e certo, de R\$ 18 milhões perante a Receita Federal, para amortização das primeiras 6 parcelas da citada Transação.

Ocorre que, nos termos das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9.917/2020, novos benefícios foram oferecidos, especificamente às empresas em Recuperação Judicial e, objetivando usufruir destes melhores benefícios, a empresa requereu, e a Fazenda Nacional concedeu, a possibilidade de migrarmos do parcelamento aprovado em dezembro/2020 para um novo parcelamento mais adequado ao fluxo de caixa da empresas Inepar, podendo atingir os descontos máximos possíveis.

De acordo com essas Portarias as dívidas tributárias objeto desta Transação em esfera administrativa, deverão ser reduzidas em 67%, o que resultará numa dívida tributária de aprox. R\$ 90 milhões, com redução de R\$ 124 milhões em relação a posição contábil atual. Salientamos que ainda estamos conciliando todos os valores em consonância com as regras das Portarias e acreditamos que possamos reduzi-la ainda mais.

Estes valores estão contidos em documentos trocados com a PGFN.

Esperamos nas próximas semanas estar concluindo essa negociação junto a PGFN.

IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

Da Continuidade das operações

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso do nosso país, o Grupo Inepar/Iesa efetivou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A; (ii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A; (iii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A; (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018 e (vii) Venda do imóvel localizado em Curitiba, realizada em agosto/20.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade das empresas com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação do imóvel situado no município de Macaé; e
- c) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 50% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.
- c) Cabe enfatizar que no balanço oficial está contabilizado o investimento nestas Cotas do FIDC, por equivalência, porém seu efeito é nulo no resultado por um provisionamento contingente das Cotas subordinadas.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC. Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje no Grupo Inepar/Iesa aprox. R\$ 1,8 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 680 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 37%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é

IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.

Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou maior que 7 anos.

- b) Dando continuidade ao processo de ajuste dos custos operacionais, no ano de 2020 o Grupo Inepar/Iesa conseguiu uma redução de R\$ 11 milhões/ano nas despesas salariais e de R\$ 4 milhões/ano nas despesas operacionais. Esse é um processo contínuo de ajuste da Companhia para sua volta ao mercado;
- c) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- d) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- e) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- f) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- g) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020. Esta adesão permitirá uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável na redução de juros, multas e encargos legais.
- h) Assinatura de vários acordos de entendimentos com parceiros multinacionais que deverão ser implementados imediatamente após o levantamento da Recuperação Judicial. A grande maioria destes entendimentos se referem ou a break true tecnológico, ou tecnologias ainda não utilizadas no Brasil. Todos estes novos produtos são em adição as linhas já existentes em nossas empresas.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial prevista para o segundo semestre de 2021 em vista de termos apenas 1% ainda a pagar conforme já esclarecido acima, a renegociação em conclusão com os principais credores extraconcursais e a eminência da readequação de sua dívida tributária conforme já amplamente explanado Há que se considerar a entrada dos recursos superiores a R\$ 500 milhões obtidos na vitória da arbitragem contra a TUPI e PNBV e várias outras monetizações para fazer face as necessidades de giro. Seguramente, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e muito melhor habilitada a concluir as negociações com os parceiros estratégicos que com a qualidade de nosso acervo asseguram competitiva posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

É oportuno destacar que as Organizações INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

Por fim destacamos que o cumprimento do nosso Plano de Pagamentos, protocolado no juízo da RJ em 22/04/2021, com a liberação dos depósitos judiciais de mais de R\$ 300 milhões, será fundamental para o soerguimento da empresa, proporcionando o ambiente necessário para a busca de novos projetos e parceiros estratégicos.

IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

COVID

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia tomou, e continua tomando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Iesa Óleo & Gás S/A informa que neste exercício encerrado em 31/12/2020 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela B.L.B. Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes BLB, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	14	23
Clientes	7	498.960	117.522
Impostos a recuperar	10	16.780	16.776
Dividendos a Receber		73	73
Outros Créditos	9	<u>286</u>	<u>327</u>
Total do Ativo Circulante		<u>516.113</u>	<u>134.721</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	21.1	36.135	-
Impostos a recuperar	10	15.579	26.572
Depósitos judiciais	8	44.455	44.454
Outros Créditos	9	33	33
Investimentos	11	94.208	98.792
Imobilizado	12	106.689	110.744
Intangível	13	<u>4.412</u>	<u>15.045</u>
Total do Ativo Não Circulante		<u>301.511</u>	<u>295.640</u>
Total do Ativo		<u><u>817.624</u></u>	<u><u>430.361</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores		28.366	51.628
Financiamentos e Empréstimos	18	194.612	103.274
Obrigações Sociais	14	103.644	181.332
Impostos e Contribuições a Recolher	15	172.074	60.983
Dividendos Propostos		24	24
Provisão de Custo e Encargos	16	126.297	112.415
Adiantamentos sobre Encomendas	17	3.927	87.445
Outras Contas a Pagar		7.214	9.666
Total do Passivo Circulante		636.158	606.767
Não Circulante			
Impostos e Contribuições a Recolher	15	52.515	-
Partes relacionadas	21	53.944	85.719
Impostos Diferidos	19.1	15.489	58.076
Provisões para Contingências	20	45.673	116.875
Provisão para passivo a descoberto		6.608	2
Total do Passivo Não Circulante		174.229	260.672
Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto			
Capital Social	22.1	102.996	102.996
Prejuízos acumulados		(121.847)	(571.981)
Ajustes Avaliação Patrimonial		26.088	31.907
Total do Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto		7.237	(437.078)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido/ Passivo a descoberto		817.624	430.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Operacional Líquida	23	1.636	231
Custos dos Produtos e Serviços		(1.656)	(4.437)
Lucro/Prejuízo Bruto		(20)	(4.206)
Receitas [Despesas] Operacionais		456.746	(84.954)
Despesas com Vendas		(1.394)	(1.475)
Administrativas e Gerais		(21.478)	(15.591)
Outras Receitas (Despesas)	24	488.184	(67.508)
Resultado da Equivalência Patrimonial	11.1	(8.566)	(380)
Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras		456.726	(89.160)
Despesas Financeiras	25	(39.504)	(20.898)
Receitas Financeiras	25	494	2.673
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		417.716	(107.385)
Imposto de Renda e Contribuição Correntes	19.2	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	19.2	32.418	(712)
Resultado antes das Participações		450.134	(108.097)
Lucro/Prejuízo do exercício		450.134	(108.097)
Quantidade de ações ao final do exercício		65.995.745	65.995.745
Lucro/Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$		6.820,65	(1.637,94)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>102.996</u>	<u>(463.884)</u>	<u>11.652</u>	<u>(349.236)</u>
Prejuízo do exercício		(108.097)		(108.097)
Ganho na conversão de debêntures perpétuas			19.576	19.576
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Conversão de Coligada no Exterior			679	679
Resultado Abrangente Total				<u>(87.842)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>102.996</u>	<u>(571.981)</u>	<u>31.907</u>	<u>(437.078)</u>
Lucro do exercício		450.134		450.134
Ganho na conversão de debêntures perpétuas			(10.906)	(10.906)
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Conversão de Coligada no Exterior			5.087	5.087
Resultado Abrangente Total				<u>444.315</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>102.996</u>	<u>(121.847)</u>	<u>26.088</u>	<u>7.237</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	450.134	(108.097)
Outros Resultado Abrangentes		
Ganho na conversão de debêntures perpétuas	(10.906)	19.576
Ajustes Conversão s/Coligadas no Exterior	5.087	679
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>444.315</u>	<u>(87.842)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	450.134	(108.097)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	12.186	4.882
Perda na alienação de permanente	2.502	26.395
Equivalência patrimonial	8.566	380
Variações monetárias e cambiais	33.939	6.138
Impostos diferidos	(31.594)	712
Provisões (Reversões)	(57.320)	57.921
Resultado do exercício ajustado	426.124	(11.669)
(Aumento) redução no ativo:		
Clientes	(381.438)	11.626
Estoques	-	10.945
Créditos de impostos	(4)	(16.612)
Outros créditos	41	(57)
	(381.401)	5.902
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(23.262)	4.923
Obrigações sociais	(77.688)	8.438
Impostos e contribuições a recolher	163.605	2.468
Adiantamentos sobre encomendas	(83.518)	-
Outras contas a pagar	(2.452)	2.464
	(23.315)	18.293
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21.408	12.526
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela compra imobilizado	-	(2.446)
Operações de mútuos com empresas ligadas	10.358	2.957
Ajustes acumulado de conversão	-	19.576
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	10.358	20.087
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	(4.486)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(31.775)	(28.174)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(31.775)	(32.660)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	(9)	(47)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	23	70
Saldo final do caixa e equivalentes	14	23
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	(9)	(47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITAS	591.946	(57.762)
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.613	262
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	193	7.422
Outras receitas / despesas	590.140	(65.446)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(77.155)	(14.932)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(1.658)	(4.437)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(75.497)	(10.495)
VALOR ADICIONADO BRUTO	514.791	(72.694)
Depreciação e Amortização	(12.186)	(4.882)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO	502.605	(77.576)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	(8.072)	2.293
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.566)	(380)
Receitas Financeiras	494	2.673
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	494.533	(75.283)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL	4.775	9.864
Salários e Encargos	3.184	3.778
Benefícios	1.091	5.480
FGTS	500	606
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2	1.923
Federais	-	1.915
Estaduais	2	8
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	39.622	21.027
Juros	39.504	20.898
Alugueis	118	129
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	450.134	(108.097)
Prejuízo do exercício	450.134	(108.097)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	494.533	(75.283)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A IESA Óleo & Gás S.A., é uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 04/03/2005 estão arquivados na JUCERJ sob n.º 33.3.0027555-0. Está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 07.248.576/0001-11, e sediada na cidade de Rio de Janeiro – RJ, na Rua da Quitanda nº 185 e 185-A, salas 601 a 613, bairro Centro, CEP 20.091-005.

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer soluções completas através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial iniciado em 2014, as empresas do Grupo Inepar/Iesa conseguiram preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/Iesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

NOTA 1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29/08/2014, a Iesa Óleo & Gás S/A , ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, as empresas possuem também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais das Empresas.

As Empresas tem demonstrados uma excelente performance na monetização destes ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão.

Exemplo disso foi a recente decisão, em dezembro de 2020, relativa ao processo arbitral instaurado contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, que culminou com o recebimento de US\$ 96 milhões conforme já amplamente noticiado por Fato Relevante e pela imprensa especializada.

Em 25/11/2020 e em revisão peticionada no dia 22/04/2021, as Companhias apresentaram um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Classe IV		R\$ 14,0	R\$ 14,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 368,7	R\$ 390,0	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito, se somarmos os valores liquidados na Classe III, e com saldo dentro do biênio no valor de R\$ 21,3 milhões, este passivo está registrado na Inepar S/A.

As Companhias continuam empenhadas em recompor as suas carteiras de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

NOTA 1. 2 – COVID-19

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações Entre Contas

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.3 Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.5 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.6 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Investimentos

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos permanentes em sociedades coligadas e sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Imobilizado

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.10 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.11 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e

dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.16 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

3.17 Benefícios a Empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta metas de qualidade, produtividade e o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos

projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

NOTA 4 – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS RECENTAMENTE E ADOTADOS PELA COMPANHIA

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros.

Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

A IESA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes.

Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - O valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são, iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito.

Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

- **Riscos de taxas de câmbio**

- Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía uma exposição de riscos sobre as taxas de câmbio.

- **Riscos de crédito e formação de preço**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela IESA Óleo & Gás S.A. – em recuperação judicial é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	10	19
Bancos conta movimento	4	4
Total Caixa e Equivalentes	<u>14</u>	<u>23</u>

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 7 – CLIENTES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes mercado interno	2.144	120.185
Clientes mercado externo (a)	498.960	-
Créditos com consórcios	41.380	43.352
(-) Prov. Perdas Rec. Créditos (b)	<u>(43.524)</u>	<u>(46.015)</u>
Total de Clientes	<u>498.960</u>	<u>117.522</u>

a) O valor de R\$ 498.960, refere a arbitragem instaurada em Nova York (EUA) perante a International Court of Arbitration ICC em face à Tupi-BV e Petrobrás Netherlands B.V.(PNBV), objetivando uma indenização/ressarcimentos de perdas em consequência de violação dos contratos n.ºs. 3900.0000019.12.2 e 3500.000018.12.12. O valor inicialmente determinado pela arbitragem foi de US\$ 107 milhões, sendo posteriormente este valor reduzido para US\$ 96 milhões, conforme acordo entre as partes.

b) A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2019	(46.015)
(-) Ajuste de provisão	2.491
Saldos em 31/12/2020	(43.524)

NOTA 8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$ 44.455 (44.454 em 31/12/2019) refere-se, principalmente, aos depósitos judiciais ordenados pelo Juízo da Recuperação Judicial contra créditos recebidos da TUPI BV. Atualmente esse valor está sendo negociado com os credores.

NOTA 9 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento a funcionários	286	274
Caução	33	86
Total de Outros Créditos	<u>319</u>	<u>360</u>
Circulante	286	327
Não Circulante	33	33

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 10 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS	140	141
IRPJ Saldo Negativo	157	157
CSLL Saldo Negativo	17	-
IRPJ diferido s/ diferenças temporárias	11.479	18.932
CSLL diferida s/ diferenças temporárias	4.101	6.816
Adto para futuro parcelamento	-	824
INSS retido na fonte	-	244
Créditos fiscais a compensar	-	1.820
Créditos Reintegra (a)	16.614	16.614
Provisão perdas impostos	(194)	(2.257)
Outros	45	57
	<u>32.359</u>	<u>43.348</u>
Circulante	16.780	16.776
Não Circulante	15.579	26.572

- a) O valor de R\$ 16.614, refere-se ao ressarcimento de créditos de impostos do Reintegra, correspondente a exportação dos materiais do Projeto de Charqueadas, este valor está sendo requerido para pagamentos de diversos passivos.

NOTA 11 - INVESTIMENTOS

11.1 Investimentos em Sociedades Coligadas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Investimentos em Sociedades Coligadas (a)	50.155	47.028
Propriedades para Investimentos (b)	44.053	51.764
	<u>94.208</u>	<u>98.792</u>

- a) Nas demonstrações financeiras estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades coligadas, onde o controle é compartilhado e avaliado pelo patrimônio líquido das investidas, em conformidade com participação em cada empresa.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Controladas em conjunto

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Equivalência
Em 31 de dezembro de 2019							
RIG OIL & GAS	27.131	16.897	(699)	12.213	16,66%	2.035	(113)
QUIP S.A.	141.397	125.968	(5.462)	15.429	13,25%	2.044	(725)
QGI INC	106.876	25.863	1.639	81.012	20,00%	16.203	328
QGI BRASIL	172.948	36.000	867	136.948	19,53%	26.746	140
QUEBEC	4	26	(31)	(5)	35,00%	-	(10)
						47.028	(380)
Em 31 de dezembro de 2020							
RIG OIL & GAS	36.959	21.785	(569)	15.174	16,66%	2.528	(95)
QUIP S.A.	129.571	85.774	(59.225)	43.797	13,25%	-	(7.847)
QGI INC	114.630	8.407	2.713	106.223	20,00%	21.245	543
QGI BRASIL	164.444	29.360	(1.859)	135.084	19,53%	26.382	(364)
QUEBEC	60	-	(56)	(4)	35,00%	-	(19)
FIDC (c)	-	-	-	-	0,00%	-	(784)
						50.155	(8.566)

b) Propriedade para investimento

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

c) FIDC Tarânis: em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo. O valor lançado em equivalência corresponde à proporção a participação da Iesa Óleo&Gás S/A, no Fidc. A capitalização do Fundo foi efetuada através de cessão de créditos com diversos clientes. A consolidação do FIDC está sendo efetuado na Controladora Inepar S/A Indústria e Construções.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

INVESTIMENTOS EM 31/12/2020					
Nome	Saldo 31/12/2019	Resultado Abrangente	Equivalência Patrimonial	Passivo a Descoberto	Saldo 31/12/2020
RIG OIL & GAS	2.035	588	(95)	-	2.528
QUIP S.A.	2.044	-	(7.847)	(5.803)	-
QGI INC	16.203	4.499	543	-	21.244
QGI BRASIL	26.746	-	(363)	-	26.383
QUEBEC	-	-	(20)	(21)	-
IMÓVEL MAGÉ	51.764	(7.711)	-	-	44.053
FIDC	-	-	(784)	(784)	-
	98.792	(2.624)	(8.566)	(6.608)	94.208

NOTA 12 – IMOBILIZADO

	Edificações e		Máquinas e		Móveis e		Informática		Outras		Total
	Terrenos	Instalações	Equipamentos	Utensílios	Hardware	Imobilizações					
Taxas anuais de depreciação	2,5 % a 10 %		10, 15 e 20 %		10 %		20 %		10 a 30 %		
Em 31 de Dezembro de 2019											
Custo	9.658	15.320	15.306	2.833	5.288	79.775			128.180		
Depreciação Acumulada	-	(1.846)	(8.259)	(2.175)	(4.294)	(862)			(17.436)		
Valor contábil líquido	9.658	13.474	7.047	658	994	78.913			110.744		
Baixas	(2.446)	-	(207)	(25)	-	-			(2.678)		
Depreciação	-	(56)	(932)	(185)	(380)	-			(1.553)		
Baixas da Depreciação	-	-	158	18	-	-			176		
Saldo Final	7.212	13.418	6.066	466	614	78.913			106.689		
Em 31 de Dezembro de 2020											
Custo	7.212	15.320	15.099	2.808	5.288	79.775			125.502		
Depreciação Acumulada	-	(1.902)	(9.033)	(2.342)	(4.674)	(862)			(18.813)		
Valor contábil líquido	7.212	13.418	6.066	466	614	78.913			106.689		

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo:

- Política de renovação dos ativos;
- Expectativa da empresa com base na experiência de empresas do grupo;
- Informação referente ao ambiente econômico;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas; e,
- Política de manutenção dos bens.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a expectativa da empresa com base na experiência do mercado com ativos semelhantes.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 13 – INTANGÍVEL

	Software	Software arrendado	Implantação de Novos Processos	Implantação de ERP em Andamento	Total
Taxas anuais de amortização	20 %	20 %	20 %		
Em 31 de Dezembro de 2019					
Custo	9.174	15.907	937	8.994	35.012
Amort. Acumulada	(7.966)	(11.073)	(928)	-	(19.967)
Valor líquido contábil	1.208	4.834	9	8.994	15.045
Amortização	(9.053)	(1.566)	(14)	-	(10.633)
Saldo Final	(7.845)	3.268	(5)	8.994	4.412
Em 31 de Dezembro de 2020					
Custo	9.174	15.907	937	8.994	35.012
Amort. Acumulada	(17.019)	(12.639)	(942)	-	(30.600)
Valor líquido contábil	(7.845)	3.268	(5)	8.994	4.412

NOTA 13.1 – RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
INSS a recolher	1.965	78.636
Contribuição Senai	5.519	5.432
FGTS a recolher	52.926	50.177
Rescisões trabalhistas	29.665	29.145
Imposto de renda a recolher	844	7.462
Contribuição Sesi	6.724	6.618
Salários a pagar	3.899	1.788
Provisões trabalhistas	903	877
Contribuição Sindical	961	922
Diversos	238	275
	<u>103.644</u>	<u>181.332</u>

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 15 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS a recolher	1.943	1.885
Inss a recolher(b)	96.591	12.622
Pis/Cofins diferidos	292	2.921
ISS a recolher	8.784	8.303
Impostos e Contribuições retidos na fonte	26	1.505
Parcelamento Refis Lei nº 12.996/14	-	29.616
Parcelamentos Transação Excepcional (a)	57.225	-
Outras Obrigações da PGFN	6.614	4.131
Outros (c)	53.114	-
	<u>224.589</u>	<u>60.983</u>
Circulante	172.074	60.983
Não circulante	52.515	-

- a) Os valores dos parcelamentos da Transação Excepcional foram efetuados de acordo com a Lei nº 13.988 de 14 de abril de 2020 e Portaria PGFN nº 14.402, de 16 de junho de 2020, artigo 9º, Inciso II, Alínea D. Os descontos obtidos com esta transação foram de até 46,8% sobre o total do passivo. O parcelamento foi efetuado para pagamento em 84 parcelas, para os demais passivos aplicamos os mesmos descontos obtidos com a Transação Excepcional.
- b) São valores devidos e ainda não parcelados pela PGFN.
- c) Estão inclusos neste valor a diferença entre os valores contabilizados e os valores informados pela Receita/PGFN, no montante de R\$ 51.522 milhões. O parcelamento obtido através da Transação Excepcional efetuada em dezembro de 2020, foi rompida por iniciativa da empresa, em virtude da edição novas Instruções, tornando assim mais vantajosa a adesão nesta nova modalidade. A empresa está na fase final da assinatura de novo acordo parcelando todas as obrigações tributárias com descontos ainda maiores.

Por terem sido emitidas novas normas de parcelamentos muito mais vantajosas para as empresas em recuperação judicial através das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9917/2020, o Grupo Inepar/Iesa solicitou a PGFN o rompimento destes parcelamentos e o seu enquadramento nas novas normas.

Diante da desistência do parcelamento já homologado através da Lei nº 13.988 a empresa efetuou os ajustes nos saldos dos valores a pagar conforme extrato emitido pela Receita/PGFN, gerando aumento dos saldos na ordem de R\$ 51 milhões.

Com a homologação das negociações em curso com a Receita/PGFN temos a sinalização da redução de até 70% dos saldos a pagar, com redução dos valores das multas, juros e encargos, e prazo maiores para pagamento.

Estamos ainda, efetuando junto a PGFN/Receita uma conciliação dos valores que constam nos extratos da Receita/PGFN, podendo os descontos serem superiores a R\$ 100 milhões.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Os valores constantes do parcelamento efetuados pela Lei nº 12.996/14, foram rompidos perante a Receita/PGFN. Estes valores serão transferidos para os novos parcelamentos em vigor.

NOTA 16 – PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

O saldo de R\$ 126.297 no exercício de 2020, refere-se aos custos devidos pela arbitragem instaurada em Nova York (EUA) perante à International Court of Arbitration em face da TIPI-BV e PNBV.

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS SOBRE ENCOMENDAS,

Valores recebidos de clientes por conta de medições contratuais dos contratos e ainda não faturados.

NOTA 18 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante		
Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos Financeiros	50.246	29.222
Capital de Giro	144.366	74.052
Total Circulante	194.612	103.274
Por Data de Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos/em negociação	194.612	103.274
Total de empréstimos e Financiamentos	194.612	103.274
Por tipo de Moeda	31/12/2020	31/12/2019
Reais - R\$	194.612	103.274
Total de empréstimos e Financiamentos	194.612	103.274

Para os financiamentos citados no item de Capital de Giro, foram cedidos em garantia os imóveis de Charqueadas e de Macaé.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1 Impostos Diferidos

Ativo Fiscal Diferido	31/12/2020			31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisões de Contingências	11.479	4.100	15.579	18.932	6.815	25.747
Total Ativo Não Circulante	11.479	4.100	15.579	18.932	6.815	25.747
Passivo Fiscal Diferido	31/12/2020			31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucros Diferidos s/ Órgãos Públicos	-	-	-	29.386	10.580	39.966
Depreciação s/ Revisão Vida Útil	3.321	1.196	4.517	3.321	1.196	4.517
Valor Justo s/ Propriedades Investimentos	8.068	2.904	10.972	9.995	3.598	13.593
Total Passivo Não Circulante	11.389	4.100	15.489	42.702	15.374	58.076

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM n.º 599/09 e Instrução CVM n.º 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados.

19.2 Despesas com Tributos sobre o Prejuízo

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o Prejuízo registrados no resultado dos períodos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	417.716	(107.385)
Alíquota Nominal	-34%	-34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal		
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Resultado de equivalência patrimonial	2.912	129
Adições e Exclusões permanentes	29.506	(841)
IRPJ e CSLL no resultado	32.418	(712)
Imposto Diferido	32.418	(712)
Imposto Corrente	-	-

O valor do imposto diferido refere-se, basicamente, à parcela do lucro da empreitada ou fornecimento para entidades governamentais computadas no resultado no período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas no resultado e não recebido até a data do encerramento do exercício.

20 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista e cível. É registrada provisão no Passivo Não Circulante para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável, com exceção das provisões para contingências trabalhistas que foram feitas com base no histórico de acordos trabalhistas estimados por seus assessores jurídicos.

<u>PROCESSOS</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cíveis (a)	5.094	18.748
Trabalhistas (b)	36.770	42.724
Tributárias (c)	3.809	55.403
	<u>45.673</u>	<u>116.875</u>

a) Cíveis - composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.

b) Trabalhistas - reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios, nesta rubrica temos o valor de R\$ 18.600 classificados pelos consultores da Iesa como perdas possíveis.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

- c) **Tributárias** - representadas basicamente por autuações federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	116.875	58.954
Adições	-	59.910
(-) Baixas	(71.202)	(1.989)
Saldo final	45.673	116.875

Exigências Fiscais e Trabalhistas

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições, estão também sujeitos a essas condições, conforme a legislação aplicável.

NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS

21.1 Transações com a Controladora e Coligada

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	<u>Ativo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Inepar S.A. Indústria e Construções	11.341	-
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	24.786	-
Quip S.A (ii)	8	-
	<u>36.135</u>	<u>-</u>

	<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	13.023	9.021
Quip S.A.	-	1
Companhia Brasileira de Diques	12.572	13.486
Inepar S.A. Indústria e Construções	-	34.862
QGI Brasil S.A	28.349	28.349
	<u>53.944</u>	<u>85.719</u>

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 102.996, representado por 65.995.745 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 23 – RECEITAS DE VENDAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Revenda	10	64
Venda de Sucata	9	153
Receita de Consórcios	-	45
Prestação de serviços/materiais	1.640	-
Receita Bruta	<u>1.659</u>	<u>262</u>
(-) Impostos sobre Vendas	(23)	(31)
Receita Operacional Líquida	<u>1.636</u>	<u>231</u>

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da Iesa Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a R\$ 2 bilhões de reais.

NOTA 24 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado na venda do imobilizado (a)	79	3.349
Créditos tributários sobre exportação(b)	-	16.783
Provisão para futuras perdas	(1.645)	(15.609)
Provisão/Reversão de contingências (c)	28.247	-
Ajustes de valor justo	(7.711)	-
Outras receitas/Despesas	(90.876)	(25.191)
Receitas da arbitragem (d)	498.826	-
Receitas complementares do Projeto Charqueadas	83.740	-
Despesas tributárias	(22.476)	(46.840)
	<u>488.184</u>	<u>(67.508)</u>

Refere-se as provisões constituídas sobre processos trabalhistas, cíveis e tributários

- a) Refere-se, principalmente, aos guindastes devolvidos ao M&T Bank, para liquidação do saldo devedor do financiamento efetuado para adquirir os referidos guindastes.
- b) Refere-se, principalmente, ao diferimento do crédito tributário reintegra, constituído pela exportação dos materiais do contrato dos Módulos que estavam em produção em Charqueadas.
- c) Refere-se as reversões de provisões para contingências.
- d) Refere-se aos valores da arbitragem instaurada em Nova York, contra a Tupi-BV e Petrobrás

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 25 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(16)	(23)
Juros de empréstimos e mútuos com ligadas	(28.877)	(2.465)
Juros sobre outros passivos	(10.590)	(13.226)
Variações cambiais passivas	(21)	(5.184)
Total das Despesas Financeiras	(39.504)	(20.898)
Receitas Financeiras		
Juros sobre outros ativos	73	156
Variações cambiais ativas	421	2.517
Total das Receitas Financeiras	494	2.673
Resultado Financeiro Líquido	(39.010)	(18.225)

NOTA 26 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques.

A Companhia possui apólices de seguro para os seguintes riscos:

- Lucros cessantes;
- Responsabilidade Civil;
- Transporte;

- Equipamentos Pesados (Caminhões, Guindastes); e
- Vida em Grupo

NOTA 27 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo do seu plano estratégico, contendo as seguintes áreas:

<u>Obras de Infra Estrutura</u>		
	<u>Plantas de gás</u>	<u>Total</u>
Receita bruta total	1.659	1.659
Impostos s/ vendas	(23)	(23)
Custo dos produtos e serviços	(1.656)	(1.656)
Margem Bruta	(20)	(20)

Os valores dos custos dos produtos e serviços, referem-se aos complementos de custos dos contratos contratados em Consórcios.

IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Nota 28 - Tratativas que poderão gerar eventos subsequentes

A Administração do Grupo Inepar/Iesa está em fase busca de parceiros renegociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes. As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Macaé.
- d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 900 milhões, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor de R\$ 619 milhões.
- e) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes.
- g) busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.
- h) Finalização do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Otto Garrido Sparenberg.
Irajá Galliano Andrade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho
Di Marco Pozzo
Cesar Romeu Fiedler
Valdir Lima Carreiro

Contador:

Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos: Acionistas, Conselheiros e Administradores da

IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

1. Limitações de escopo de auditoria -

1.1 Limitação de confirmações externas de endividamento bancário

Conforme descrito em nota explicativa nº 18, os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações, sendo as confirmações externas não conciliadas com a contabilidade, estes efeitos serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial. As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras.

1.2 Não auditoria nos consórcios e dos custos de serviços prestados

Não foram auditados os custos e despesas dos consórcios reconhecidos por reflexos de participação, UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás, Consórcio Caraguatubá-UTGCA, cujo montante reconhecido foi de R\$ 1.656 mil, dos quais nos impedem de opinar sua adequação e possíveis reflexos em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia e sua Controladora indireta (INEPAR S.A Indústria e Construções) se encontram em Recuperação Judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas empresas foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2020 as demonstrações financeiras apresentam lucro de R\$ 450.134 mil, patrimônio líquido de R\$ 7.237 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 120.045 mil. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia esteja em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas demonstrações financeiras, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfase

Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa 21, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como

informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – ‘Demonstração do Valor Adicionado’. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras comparativas do exercício examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação foram submetidas a procedimentos de auditoria por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com abstenção de opinião datado de 26 de junho de 2020, e continham as seguintes abstenções: (i) Não apresentações dos papéis de trabalho da auditoria realizada em empresas coligadas; (ii) Falta de teste de realização dos ativos imobilizados e intangíveis; e (iii) Ausência de documento auxiliar dos créditos com consórcios; e (iv) Limitação das transações contábeis ativa e passiva, relativo ao contrato de fornecimento para o seu cliente Tupi BV/Petrobras. Essas abstenções foram regularizadas no exercício de 2020. Ainda, o relatório do auditor anterior apresentou e foram mantidas em nosso relatório de auditoria, as seguintes ressalvas: (i) Limitação sobre as confirmações externas do endividamento bancário; e (ii) Falta de auditoria nos consórcios. Por fim, as ênfases apresentadas pelo auditor anterior, (i) Incerteza sobre a prescrição de contingências tributárias passivas, foi regularizada no exercício de 2020 pela Companhia, já a ênfase (ii) transações com partes relacionadas, foi mantida em nosso relatório de auditoria do exercício de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 08 de julho de 2021.


Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9